

PARECER JURÍDICO FINAL

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 001/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0070320221. CONSULTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS, ESTADO DO MARANHÃO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA E ACOMPANHAMENTO PRESENCIAL DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS JUNTO A CPL/PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO ATÉ O ENVIO AO SACOP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA.

I – DO RELATÓRIO

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica em atendimento ao Memorando da Comissão Permanente de Licitação - CPL no qual requer análise e emissão de parecer jurídico final à luz dos ditames da Lei 8.666/93.

Trata-se de Processo Administrativo nº 0070320221, referente à Tomada de Preços nº 001/2022 cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria, consultoria e acompanhamento presencial de procedimentos licitatórios junto a CPL/pregoeiro/equipe de apoio até o envio ao SACOP, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de São João dos Patos - MA.

Acerca da fase interna do certame pode-se constatar a presença dos seguintes documentos: Solicitações de despesa; Pesquisa de Preços; Declaração de Dotação Orçamentária; Projeto Básico devidamente aprovado, com orçamentos, cronograma, especificações técnicas, informação orçamentária (art. 167 da Constituição Federal e art. 14 da Lei 8.666/93), a Autorização para a realização dos Procedimentos Licitatórios, previsão orçamentária, minuta de edital e seus anexos; análise e aprovação jurídica do Edital e seus anexos (Parágrafo Único, art. 38 da Lei 8.666/93), designação da comissão de licitação (inciso III do art. 38 da Lei 8.666/93).

É, em síntese, o relatório, passa-se a manifestação.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente, cumpre destacar a obrigatoriedade do parecer técnico - jurídico para o cumprimento das regras licitatórias, nos termos do art. 38, IV e Parágrafo Único da Lei 8.666/93, *verbis*:

"Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

No que tange à modalidade escolhida para a realização do certame é mister analisar o que reza a Lei das Licitações, *verbis*:

"Art. 22. São modalidades de licitação:

(...)

II - tomada de preços;

(...)

§2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

(...)

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

(...)

b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

Assim, pelo valor e pelas características do objeto do contrato, a escolha da modalidade licitatória pela Comissão de Licitação foi perfeitamente adequada.

Quanto à fase externa da licitação estão os avisos de licitação publicados nos moldes do Art. 21 da Lei 8.666/93. Houve a interposição de recurso, devidamente julgado.

Acerca da abertura e julgamento do certame estão devidamente registradas em ata (inciso V do art. 38 da lei 8.666/93).

Analisando cuidadosamente os autos constatou-se que os julgamentos da habilitação e proposta de preços foram executados em consonância com as normas editalícias, estando todo o procedimento em perfeita harmonia com a Lei 8.666/93, sem conter qualquer irregularidade. Cumpre frisar que esta assessoria jurídica se atém, tão somente, a questões relativas à legalidade.

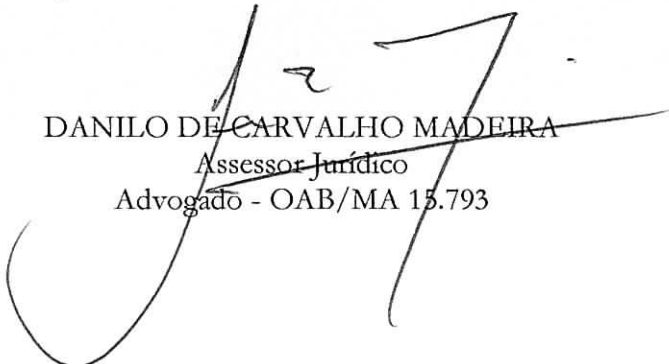
Ao final, fora declarada vencedora a empresa M. A. DE OLIVEIRA MARTINS -ME (HIERARQUIA ASSES. CONSULTORIA EM LICITACOES E CONTRATOS), localizada na Rua Comprida, nº 26, sala 2, bairro Comprida, São Domingos do Maranhão - MA, CEP: 65.790-000, inscrita no CNPJ sob nº 26.877.844/0001-09.

III - DA CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica pugna pela aprovação do presente procedimento e pela confirmação das decisões tomadas pelo Pregoeiro neste processo, devendo os autos retornar à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL para os encaminhamentos devidos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

São João dos Patos - MA, 26 de maio de 2022.


DANILO DE CARVALHO MADEIRA
Assessor Jurídico
Advogado - OAB/MA 15.793